

# Como ler o balanço de pagamentos

Equívocos na avaliação do quadro político-econômico do País são sempre cometidos quando os fundamentos, tanto institucionais como econômicos, não são vistos com olhos educados. Já nos referimos, nestas colunas, à ausência de um risco de abalo às instituições democráticas no Brasil e já focalizamos dados relevantes sobre a conjuntura econômica, mostrando que os fundamentos são bons. Se problemas existem, como os relativos ao perfil da dívida interna, eles são perfeitamente equacionáveis pelos mecanismos de mercado.

É oportuno também repassar os dados sobre a configuração do balanço de pagamentos, que apresenta uma sensível melhora, como se pode concluir pelos últimos números divulgados pelo Banco Central (BC). O dado mais saliente é o bom superávit da balança comercial no período janeiro a maio de 2002 (US\$ 1,933 bilhão), enquanto no ano anterior teve déficit de US\$ 363 milhões nos primeiros cinco meses. Mas não só isso: reduziu-se também o déficit da conta de serviços

e rendas, que, nos meses citados, caiu de US\$ 11,532 bilhões em 2001 para US\$ 9,733 bilhões neste ano.

Com isso, o déficit em transações correntes ficou em US\$ 7,041 bilhões, bem abaixo do período janeiro a maio do ano passado (US\$ 11,227 bilhões). Nos últimos doze meses terminados em maio, o déficit em conta corrente foi de US\$ 19 bilhões, o mais baixo desde setembro de 1996, quando, nos doze meses, estava em US\$ 17,3 bilhões.

É verdade que esses números refletem a lenta recuperação da economia brasileira e as dificuldades no âmbito do Mercosul, bem como a indefinição que persiste sobre os rumos da economia dos Estados Unidos. Quando se diz que o superávit da conta de comércio é devido à queda do volume de importações, é preciso não esquecer que as exportações brasileiras para a Argentina caíram nada menos do que 66,6% no período con-

siderado. Em decorrência disso, o Brasil, neste ano, já acumulou um déficit de US\$ 1,296 bilhão no intercâmbio com o país vizinho.

Se mesmo nessas condições a balança comercial continua sendo superavitária em quase US\$ 2 bilhões (cifra que, certamente, será ultrapassada em junho), isso vem trazer esperanças

de que as exportações possam dar uma boa arrancada à medida que as condições se normalizem, o que pode ocorrer ainda no segundo semestre deste ano.

Quanto à conta de serviços e rendas, a redução dos fretes internacionais e o movimento do comércio internacional reduziram em 32,8% o déficit do item transportes. A alta do dólar fez o déficit de viagens internacionais recuar em 30,7% e também diminuíram em 18,4% as remessas de lucros e dividendos. Já as remessas de juros sobre títulos da dívida permaneceram praticamente

inalteradas (US\$ 3,68 bilhões em 2001 e US\$ 3,67 bilhões em 2002), sempre confrontando os primeiros cinco meses de cada ano.

É verdade que os investimentos estrangeiros diretos decresceram, não passando de US\$ 1,321 bilhão em junho, enquanto em março deste ano alcançaram US\$ 2,198 bilhões. Embora o total acumulado nos cinco primeiros meses deste ano (US\$ 7,319 bilhões) ainda esteja bastante próximo ao do mesmo período de 2001 (US\$ 7,039 bilhões), admite-se que o total dos investimentos no Brasil em 2002, em face de incertezas, seja inferior ao de 2001. Mas, como já se observou, os investidores empresariais não agem com tanta afoiteza quanto os investidores puramente financeiros. Assim, tem credibilidade a expectativa do BC de que a soma dos investimentos diretos avance para US\$ 18 bilhões até o fim do ano.

Se isso se concretizar e se o déficit em conta corrente ficar em US\$ 19 bilhões, esta será uma posição melhor do que a de 2001, quando o valor total

dos investimentos diretos foi de US\$ 21,09 bilhões e o déficit em conta corrente, de US\$ 23,21 bilhões.

Outra conta pode ser feita para se ter uma melhor visão. O déficit em conta corrente no ano passado correspondeu a 4,5% de um PIB de US\$ 506,61 bilhões, taxa elevada e vista como preocupante. Se tomarmos a soma do déficit em conta corrente nos últimos 12 meses (US\$ 19 bilhões) e o mesmo PIB, verificaremos que a taxa se reduz para 3,7%, o que é bem mais tolerável. (O PIB deve crescer pouco este ano, talvez em torno de 2%, mas é possível que, com a alta do dólar, o seu valor até diminua. Nessa hipótese, a porcentagem do déficit em conta corrente em relação ao PIB poderá ser ainda mais baixa.)

Conçordamos em que a configuração atual do balanço de pagamentos resulta de condições conjunturais, que tendem a não se manter a médio prazo. Mas o quadro mostra que não se justificam apreensões.